

HABEAS CORPUS Nº 570.083 - BA (2020/0078120-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : FLAVIA FALCAO GORDILHO CORREIA E OUTRO
ADVOGADOS : FLAVIA FALCAO GORDILHO CORREIA - RJ123809
CARLOS VINICIUS SILVA DE OLIVEIRA - BA040599
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ANTONIO REGIS DE JESUS OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO REGIS DE JESUS OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - HC n. 8022116-82.2019.8.05.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, em decorrência da ação penal na qual foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso IV do CP, c/c art.12 da Lei 10.826/2003.

Nesta via, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, porquanto o paciente estaria acautelado há mais de 2 anos e 10 meses, sem previsão para o julgamento perante o Tribunal do Júri, a ponto de restar configurada a ilegalidade da custódia cautelar por excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade em virtude do apontado excesso de prazo, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls.18-19):

[...]

No que diz respeito ao ventilado excesso de prazo, infere-se dos autos inicialmente que a sentença de pronúncia fora proferida em 27.05.2019, ficando superada eventual delonga em sua prisão, decorrente de excesso de prazo na finalização da primeira etapa do processo afeto ao Júri (). Nesse judicium accusationis o o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso sentido, pronunciad de prazo na instrução (Súmula n.21/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

É relevante destacar que a primeira fase do processo transcorreu regularmente, cumprindo consignar ainda que o feito é complexo, com a presença de 6 réus, custodiados em presídios diferentes e fora da jurisdição do juízo, sendo necessária a expedição de cartas precatórias, não sofrendo interrupção por inércia ou negligência do poder público ou qualquer outra intervenção que tenha causado um retardo excessivo a ensejar constrangimento ilegal ao paciente, não sendo ainda submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri, em razão da interposição de recurso em sentido estrito pelo corréu, com razões apresentadas em 15.10.2019, conforme consulta junto ao sistema Saipro, ou seja, pendente de julgamento, um desdobramento natural do processo que exige, por consequência, um tempo adicional para análise.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Jorge Mussi
Relator